

Presidente procura apoio para 2º turno

A mobilização dos governadores em apoio às emendas que o Planalto pretende ver aprovadas no segundo turno da Constituinte, foi iniciada ontem, em Brasília, pelo presidente José Sarney. O primeiro a encontrar-se com Sarney foi o governador do Paraná, Álvaro Dias, que prometeu se esforçar para que os parlamentares de seu estado dêem respaldo à posição do governo federal "naquilo que for possível, desde que não comprometa a linha de ação que cada um deles definiu para a Assembléia Constituinte".

Sarney tenta com a iniciativa rearticular o bloco de governadores, cuja ação foi fundamental para a aprovação de seu mandato. Em algumas questões, desta vez, a tarefa parece menos polêmica, como na eliminação da anistia às dívidas que micro e pequenos empresários e produtores rurais contraíram durante o Plano Cruzado. De acordo com Álvaro Dias, esse é um dos pontos que deverá ser retirado do texto constitucional.

Para efetuar alterações no segundo turno, conforme ressaltou o líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira, será imprescindível realizar acordos de lideranças, em função do baixo quórum esperado para a nova fase da Constituinte. Segundo o parlamentar, um dos temas sobre os quais não haverá consenso é a proibição dos contratos de risco para exploração de petróleo, que empresas estrangeiras e a Petro-

bras têm se esforçado para eliminar do texto constitucional. Os outros pontos polêmicos, disse Oliveira, são o conceito de empresa nacional, a reforma agrária, o monopólio de mineração e o direito de greve.

SURPRESA

O segundo turno da Constituinte também foi o tema da reunião realizada ontem, na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, (Firjan) em que os empresários discutiram a estratégia para influenciar os parlamentares para eliminar questões como o limite dos juros e a licença-paternidade. O encontro acabou surpreendendo os cerca de cem empresários fluminenses, que se espantaram com as declarações do deputado Luiz Ponte (PMDB-RS). O parlamentar, que também é empresário, era um dos convidados especiais da Firjan e manifestou profundas divergências com as principais queixas do empresário.

"Todo mundo sabe que nós somos repassadores de custos, quem vai pagar são os pobres", afirmou Ponte, referindo-se aos 39% de custos adicionais que a futura Carta pode trazer aos empresários.

Citando vários artigos do texto aprovado no primeiro turno, segundo os quais é garantido o direito à propriedade e à livre iniciativa, o deputado gaúcho destacou: "Esta é a Constituição mais privatista que o País já teve".

Cabral acolhe opinião de militares

BRASÍLIA — O relator da Constituinte, Bernardo Cabral, acolheu todas as emendas que visam a suprimir do texto da nova Carta a necessidade da ordem por escrito de autoridade judiciária para o ato de prisão, e rejeitou todas as que suprimiriam o artigo sobre a inafiançabilidade e insuscetibilidade de anistia aos crimes de terrorismo, tortura, tráfico de entorpecentes e "hediondos". A decisão de Cabral coincidiu com as posições defendidas pelos ministros militares e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos.

O deputado Ulysses Guimarães, que passou o dia auxiliando o relator a emitir parecer sobre as primeiras 700 emendas analisadas, chegou a citar o mesmo exemplo usado pelo ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, para justificar a necessidade de uma autoridade administrativa também poder dar a ordem de prisão,

além de um juiz. Segundo Ulysses, se ocorrer algum delito em alto-mar, não haverá como esperar que se chegue à terra para prender o acusado através da ordem judiciária.

Três assessores do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, acompanharam de perto a decisão da relatoria sobre a questão. Ao final da tarde, deixaram o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), onde o trabalho acontece, satisfeitos com o resultado.

Ontem, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) contestou as acusações de que a Constituinte estará dando um "cheque em branco" ao presidente da República, ao permitir-lhe, pelo Artigo 64 do projeto que irá à votação em segundo turno a partir do dia 25, editar "medidas provisórias com força de lei". Para ele, essa medida é "moderna e altamente democrática".



André Dusek/AE

Cabral (E) com Ulysses no Prodasen: idéias em sintonia.